

Recado do Cruesp é claro: salário decente, só com mobilização!

No dia 8 de dezembro, a Adusp realizou assembleia, no auditório da Geografia, para discutir a Campanha Salarial e questões relativas ao Hospital Universitário (HU). A assembleia reafirmou a necessidade de um reajuste imediato dos salários da categoria, que estão arrojados desde março de 1998.

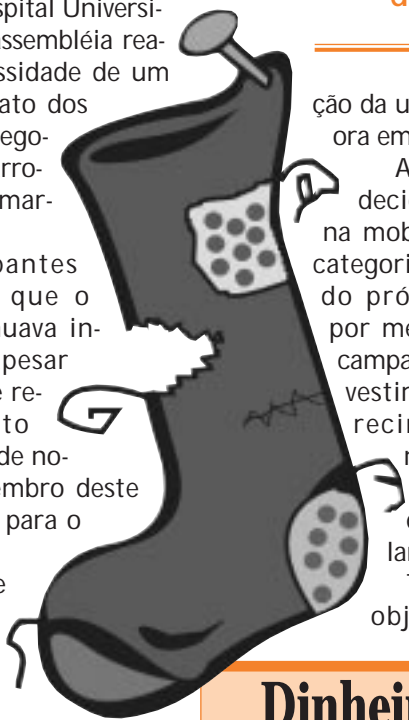
Os participantes constataram que o Cruesp continuava intransigente, apesar do aumento de receitas previsto para os meses de novembro e dezembro deste ano e também para o ano seguinte.

Verificou-se que os reitores desprezaram tanto a possibilidade do aumento de emergência de 10%, reivindicado pelo Fórum das Seis, quanto a de um abono, com ou sem incorporação futura ao salário.

O Cruesp não pretende negociar antes de fevereiro de 2000, apesar do crescimento da inflação nos últimos meses, que vem acentuando a perda do poder aquisitivo dos docentes.

A situação é tão grave que a eventual idéia do Cruesp de dar um "troquinho" antes do início das aulas não irá abrandar a indignação generalizada dos docentes com seus salários. Só uma política clara e efetiva de recuperação de perdas poderá reverter a destrui-

A situação é tão grave que a eventual idéia do Cruesp de dar um "troquinho" antes do início das aulas não irá abrandar a indignação generalizada dos docentes com seus salários



ção da universidade, ora em curso.

A assembleia decidiu apostar na mobilização da categoria no início do próximo ano, por meio de uma campanha que investirá no esclarecimento dos números relativos à questão salarial.

Também foi objeto de de-

bate na assembleia a questão da saúde, suscitada pela portaria GR-3189, de 29/10/99, que teve origem no Sisusp e aumentou as restrições ao atendimento no HU. A comunidade da USP — servidores, estudantes, docentes e movimento popular da região do Butantã — pressionou o reitor, que foi levado a suspender por seis meses a eficácia da portaria (medida tomada por meio de outra portaria, GR-3200, de 2/12).

Foram relatadas diversas manifestações de repúdio à

portaria 3189, entre as quais a reunião do Conselho de Representantes da Adusp com o reitor (29/11), os atos em frente ao HU e Reitoria (1º/12) e até protestos como o do diretor do Instituto de Física, Sílvio Salinas, que enviou ofício ao reitor externando posição contrária às medidas restritivas adotadas pelo Sisusp.

A assembleia avaliou que é preciso retomar, nas negociações do Fórum das Seis com o Cruesp, o debate amplo da questão do atendimento médico. Aprovou a posição, adotada pela comissão de entidades que vem negociando com a Reitoria, de exigir a criação de um Conselho Gestor no HU, para que os usuários possam participar da gestão do hospital, democratizando-a.

Dinheiro sobra para obras e falta para reajuste

O Cruesp não conseguiu refutar o estudo realizado pelo Fórum das Seis, que demonstrou a viabilidade de um reajuste salarial de emergência de 10%. A argumentação do Cruesp para contestar as reivindicações de docentes e servidores baseia-se em duas linhas de argumentação:

1) o "alto nível de comprometimento" das universidades com salários; 2) o impacto provocado pelo reajuste na folha salarial ao longo de todo o ano seguinte, que implicaria, segundo seus cálculos, gastos adicionais de 171 milhões de reais.

O orçamento do governo estadual para as universidades, em 1999, é estimado em R\$ 1,735 bilhão; no ano 2000, em números redondos, é de R\$ 1,902 bilhão,

assim distribuídos: R\$ 1 bilhão para a USP; R\$ 466 milhões para a Unesp; R\$ 436 milhões para a Unicamp.

O acréscimo no orçamento do ano 2000, relativamente ao de 1999, é de R\$ 167 milhões, que é um valor muito próximo dos R\$ 171 milhões que o Cruesp prevê gastar "a mais" caso conceda o reajuste salarial de emergência de 10%.

Ademais, o governo estadual tem subestimado tanto a evolução da inflação como a arrecadação do ICMS. Como a Secretaria da Fazenda estima uma inflação de apenas 6% em 2000, é bem provável que o orçamento nominal das universidades estaduais paulistas fique acima do valor apresentado pelo governo à Assembleia Legislativa.

GT EDUCAÇÃO

Dez argumentos contra o Decreto nº 3.276/99

Mais uma vez somos abalados por iniciativas “educacionais” produzidas pelo governo FHC através de medidas provisórias ou decretos. Desta feita, foi por meio do decreto publicado no Diário Oficial da União em 7/12/99, e assinado por Fernando Henrique Cardoso e Paulo Renato Souza, que afeta a formação de professores do ensino fundamental e médio. Dada a gravidade e urgência da temática, o Informativo Adusp divulga documento encaminhado pelo GT Educação, extraído do texto de um abaixo-assinado elaborado por colegas da Faculdade de Educação.

O Decreto nº 3.276/99 (DOU nº 233, 7/12/99, Atos do Poder Executivo, Seção 1, p. 4), que dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica e dá outras providências, é danoso, pelos seguintes motivos:

1 Acaba com o caráter de formação de professores para a Educação Infantil e os quatro primeiros anos do ensino fundamental dos atuais cursos de pedagogia.

2 Insinua que a formação de professores para a educação básica tenha como referencial as diretrizes curriculares nacionais (art. 5º, § 1º), sem considerar as especificidades das áreas de conhecimento e a diversidade-pluralidade essenciais a essa formação.

3 Não deixa claro o que ocorrerá com os professores sem formação de nível

superior que atuam na educação infantil e nos quatro anos iniciais do ensino fundamental (cuja formação mínima realizada no ensino médio, modalidade Normal, é garantida pela LDB, em seu art. 62), uma vez que estabelece que a formação desses profissionais se fará *exclusivamente* em cursos normais superiores (art. 3º, § 2º).

4 Sequer menciona o tempo de duração do curso normal superior — um ano? dois? três? quatro? (art. 3º, §§ 2º e 3º).

5 Ao não especificar o caráter dos cursos de licenciatura — curta ou plena — (art. 3º, § 4º), abre a possibilidade de reforçar a inadequada “licenciatura curta”, amplamente rejeitada desde o início de sua instituição e implantação.

6 O art. 87 da LDB, § 3º, III, define que cada Município e, supletivamente, o

Estado e a União, deverá: “realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância.” Vale dizer: desresponsabilização da União e despersonalização da formação docente.

7 O mesmo art. 87, *caput* e § 4º, institui a “Década da Educação” (1997-2007) e determina que: “Até o fim da Década da Educação serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço” (treino forma?). Entretanto, o Decreto não menciona quem providenciará as condições para que a formação desses profissionais seja completada. O Estado? O próprio indivíduo?

8 Ao caracterizar o instituto superior de educação como unidade acadêmica específica para a forma-

ção de professores (art. 4º, I), não deixa claro como ficariam as atuais licenciaturas (nas universidades) que garantem uma formação básica — específica e pedagógica — realizada em conjunto por institutos, faculdades ou departamentos.

9 Abre um flanco ainda maior para segmentos do ensino superior privado que exploram os serviços educacionais enquanto prerrogativa mercadológica.

10 Determina que: “O Conselho Nacional de Educação, mediante proposta do Ministro de Estado da Educação, definirá as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica.” (art. 5º, grifo nosso). O que revela, mais uma vez, a concepção centralizadora e autoritária relativa à gestão da educação explicitada pelo governo. E a autonomia universitária?

Comissão de Ética do HC-RP exclui professor Manço

Está causando indignação, nos setores ligados à defesa da saúde pública em Ribeirão Preto, a exclusão do pneumologista José Carlos Manço da Comissão de Ética do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto-USP. O doutor Manço foi professor titular do Departamento de Clínica Médica, diretor clínico do HC, e aposentou-se em 1995, depois de 30 anos de atividade na USP.

Desde outubro de 1996 exercia a condição de membro titular da Comissão de Ética. Em outubro de 1998

foi eleito para um novo mandato, que deveria encerrar-se somente em outubro de 2000, mas foi afastado um ano antes. Sua exclusão decorre de sua posição contrária ao processo de privatização e fundatização, conduzido pela Superintendência do HC de Ribeirão Preto.

O Cremesp atendeu ao pedido de seu delegado regional de Ribeirão Preto, que apresentou uma representação contra Manço, alegando que ele não mantém vínculo com a instituição.

“É uma falácia. Mesmo aposentado, continuei

atuando junto ao HC, na condição de colaborador voluntário. Continuo credenciado como professor de Pós-Graduação da instituição. Minha atuação junto ao HC está amparada por aprovação do Conselho do Departamento de Clínica Médica e é do conhecimento da sua Superintendência e da Diretoria da FMRP. Até hoje não foi contestada”, declarou Manço em entrevista ao jornal da Associação dos Médicos Residentes-Amererp.

“O diretor clínico do HC, professor Arthur Lopes Gonçalves, consultou o Centro

de Recursos Humanos do HC e diante da informação de que nada foi encontrado em meu nome, concluiu que eu não mantenho vínculo com a instituição. Foi o documento do diretor clínico que desencadeou a manobra da minha exclusão da Comissão. Desconsideraram um parecer da Procuradoria Jurídica do próprio HC que contraria esta interpretação. Este parecer, com data de 17/12/98, deixa claro que o aposentado que mantém vínculo com uma unidade departamental não está impedido de pertencer à Comissão de Ética”.

III Coned reafirma “utopia educacional”

Realizado em Porto Alegre-RS, de 2 a 5 de dezembro, o III Congresso Nacional de Educação manteve o tema geral dos anteriores: Educação, Democracia e Qualidade Social, continuando o debate sobre o Plano Nacional de Educação (PNE).

Se o I CONED (Belo Horizonte-MG, 1996) fixou referências para a elaboração do PNE, o II CONED (Belo Horizonte-MG, 1997) consolidou o Plano Nacional de Educação - Proposta da Sociedade Brasileira e o III CONED preocupou-se, em especial, com o lema **Reafirmando a educação como direito de todos e dever do Estado**, discutindo a implementação dos conteúdos desse Plano nos estados e municípios.

O III CONED contou com a participação de 4 000 pessoas vindas de todas as regiões e estados do país: estudantes, funcionários, educadores, dirigentes de entidades e movimentos sociais e autoridades educacionais, representando todos os níveis e modalidades de ensino.

A abertura oficial contou com a presença de diversas autoridades (entre as quais o vice-governador Miguel Rosseto e a reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Wraana Maria Panizzi) e de representantes de entidades internacionais, da CNBB, de partidos políticos e lideranças sindicais, estudantes e de movimentos sociais; e a conferência de abertura “Educação como direito de todos”, proferida pela professora Marilena Chauí, da FFLCH-USP.

A programação incluiu mais duas conferências: “Estado, Educação e Democracia”, proferida pelo governador Olívio Dutra, e pelo prefeito de Porto Alegre, Raul Pont; e “Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação”, pelo ex-prefeito Tarso Genro.

Ocorreram ainda dois painéis simultâneos: “Universalização da Educação Básica: Acesso, Permanência e Inclusão Social”, com a participação de Carlos Abicalil, presidente da CNTE; José Clóvis de Azevedo, secretário municipal de Educação de Porto Alegre; Lúcia Camini, secretária estadual da Educação do Rio Grande do Sul; e “Autonomia Universitária: Avaliação, Financiamento e Gestão”, com Renato Oliveira, presidente da Andes; Léia Oliveira, da Fasubra; Clotilde Lemos Petta, da CONTEE e Adriano Oliveira, vice-presidente da UNE.

Sessenta e duas mesas-redondas e 205 trabalhos versaram sobre os temas “Organização Democrática da Educação Nacional”, “Gestão Democrática da Educação Nacional”, “Financiamento Democrático da Educação Nacional” e “Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação”.

Foram realizadas quatro plenárias que trataram, respectivamente, dos temas mencionados anteriormente, com os objetivos de avaliação e aperfeiçoamento do diagnóstico, diretrizes e prioridades do **Plano Nacional de Educação — Proposta da Sociedade Brasileira** e das estratégias de implementação de suas propostas em todos os rincões do país.

A plenária final aprovou a Carta de Porto Alegre, sobre a realidade educacional brasileira e o PNE, um **Plano de Ação** e uma **Agenda** contendo atividades de curto, médio e longo prazos com vistas a garantir a concretização da utopia educacional contida no **Plano Nacional de Educação — Proposta da Sociedade Brasileira**.

O III CONED decidiu dinamizar os Fóruns Estaduais e Municipais de Educação, rearticular os que já existi-

Trechos da Carta de Porto Alegre

O cenário brasileiro deste fim de século XX se caracteriza por novos e numerosos exércitos de excluídos que disputam palmo a palmo os espaços públicos urbanos em atividades de trabalho informal vexatórias; enorme contingente, ainda humano, de trabalhadores rurais sem terra ocupam propriedades improdutivas a exigir uma reforma agrária prometida, mas jamais cogitada; enquanto os noticiários retratam as redes comprovadas e suspeitas do narcotráfico, do roubo e da corrupção ancoradas nos Poderes; o futuro de nossa sociedade revela-se na face de meninos-trabalhadores no sisal, nas carvoarias, no garimpo da cassiterita, entre outros, expondo para quem queira ver o seqüestro da infância... Meninas e jovens adolescentes são prostituídas, cada vez são mais freqüentes as rebeliões na FEBEM entre os jovens sem perspectivas.

O contexto social, econômico e político brasileiro é o do neoliberalismo, que tenta, via globalização pretensamente inexorável, imprimir marca indelével nas políticas públicas, entre elas na de educação. Tais políticas são induzidas por organismos internacionais, impostas como “acima de quaisquer suspeitas”. Na educação vigoram as determinações do Banco Mundial que, de fato, estabelecem tanto a estrutura como a função dos vários níveis — da Educação Infantil à Pós-Graduação.

Quanto às implicações deste quadro, o governo central parece apenas reconhecer algumas mazelas educacionais — sobre as quais não se sente responsável —, citando-as em textos oficiais sem quaisquer relações de causa/efeito, como se “naturais” e dando seqüência e aprofundando a política dos organismos internacionais: desresponsabilização do Estado, privatização generalizada, restrição da democracia, flexibilização das relações do trabalho, privilégio da racionalidade técnica, exclusão social.

A estratégia de construção democrática do **PNE — Proposta da Sociedade Brasileira** obrigou o governo a produzir de forma rápida e intempestiva o PNE — Proposta do Executivo ao Congresso Nacional (PNE/MEC), que revela as reais concepções e diretrizes de política educacional dos setores hegemônicos representados no/pelo governo FHC.

Mas tenhamos clareza: o **PNE — Proposta da Sociedade Brasileira** e os demais Planos a serem elaborados nos Estados e Municípios constituem-se em alavancas e não no ápice da nossa luta. O ápice será o fim do projeto neoliberal, representado no momento por FHC, e a inflexão em favor de um projeto democrático e popular. A realização do III CONED afirma a certeza de que é possível mudar a educação, mudar a sociedade, mudar o país. Saímos deste porto alegre e seguro revitalizados para a continuidade de nossa luta, reafirmando a educação como um direito de todos(as) e um dever do Estado.

ram e organizá-los onde ainda não existem: tais organismos devem assumir a elaboração de Planos Municipais e Estaduais de Educação, à semelhança do **Plano Nacional de Educação — Proposta da Sociedade Brasileira**, em termos do processo democrático de sua construção e do seu conteúdo.

Cientes de estarem cons-

truindo planos de Estado e não de governo, os participantes do III CONED cobrarão dos prefeitos a serem eleitos em 2000 forte compromisso com a **garantia do direito de todos à educação**. No quadro, leia alguns trechos da Carta de Porto Alegre, cuja íntegra está na página www.adusp.org.br/arquivo/cartapoa.htm

Atendimento no HU mobiliza comunidade

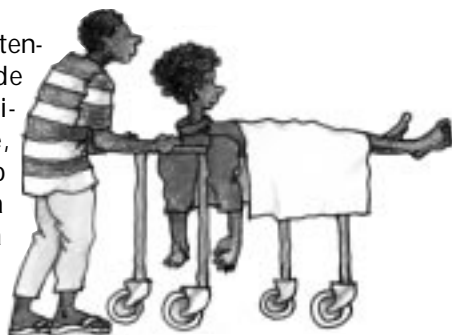
A problemática do atendimento em saúde pelo Hospital Universitário (HU) esteve, nas últimas semanas, no centro das atenções da comunidade da USP e da comunidade do Butantã. De fato, a portaria GR-3189 do reitor Jacques Marcovitch, que entraria em vigor em 1º/1/2000, restringiria pesadamente o atendimento de vários segmentos universitários. Por outro lado, a população do Butantã já havia sido atingida em julho por ofício do então superintendente do HU, impedindo que diversos exames fossem realizados no hospital.

A população do Butantã mobilizou-se primeiro: esteve na Secretaria de Saúde do Estado, obteve dados sobre o Sistema Único de Saúde (SUS), esteve no Ministério Público... Depois foi a vez da comunidade da USP, por meio de suas entidades representativas, juntar-se à luta contra as restrições que a Reitoria tentava impor.

Na reunião finalmente realizada com o vice-reitor e presidente da Comissão Supervisora do Sisusp, professor Adolpho José Melfi, no dia 22/11, população, Adusp, Sintusp e DCE entregaram documento conjunto, em que encaminham uma série de reivindicações.

Durante a movimentação de protesto do dia 1º/12, representantes dos diversos segmentos e parlamentares foram novamente recebidos pelo professor Melfi, enfatizando então a necessidade de que as reivindicações antes encaminhadas recebessem de pronto a devida atenção. Houve promessa de suspensão da portaria 3189, o que de fato se efetuou no dia seguinte, e de encaminhamento das outras questões através de reunião com o Conselho Deliberativo do HU.

O reitor tratou pessoalmente das questões do HU



também não se sente representada”.

O documento entregue ao professor Melfi lembra que foi graças à luta da população da região, no início dos anos 80, que o hospital foi aberto.

“Não podemos esque-

cer também que o HU nasceu no início da década de 70 na FMUSP como proposta para se montar um novo tripé de ensino, pesquisa e assistência, enquanto hospital de nível secundário”.

Ele cita, ainda, uma crescente restrição ao atendimento SUS da população, que em toda a região do Butantã e Jaguaré é estimada em 400 000 habitantes, com predominância das camadas sociais de baixo poder aquisitivo. “Temos clareza de que não cabe ao HU resolver todos os problemas de falta de atendimento na região. Mas exigimos que ele cumpra seu papel na parte que lhe cabe”, diz o documento.

O texto apresenta duas outras reivindicações: a constituição de um grupo de trabalho, com membros das comunidades interna e externa, visando a um estudo sobre a melhor inserção do HU no SUS; e a apresentação pública de relatórios financeiros e de atividades, conferindo transparência ao sistema.

em duas ocasiões: esteve presente à reunião do CR da Adusp no dia 29/11, e recebeu uma comissão de mais de dez representantes das comunidades externa e interna no dia 6/12. Nesta reunião, declarou-se interessado em promover a formação de uma comissão tripartite (USP, comunidade, Secretaria da Saúde) para estudar o papel do HU no sistema global de saúde.

No dia 16/12 foi encaminhado ao reitor ofício solicitando urgentemente uma reunião decisória com o Conselho Deliberativo do HU, com o objetivo de anulação do ofício de 13/7 do superintendente do HU, que está afetando pesadamente o atendimento nos postos de saúde do Butantã. (O ofício do então superintendente, Erasmo Tolosa, comunicou a suspensão, por tempo indeterminado, da realização de exames subsidiários: laboratoriais, radiológicos, ultra-sonográficos, ecocardiográficos etc.)

A população está mobiliza-

da, e as entidades do campus, atentas!

Reivindicações

O texto entregue ao professor Melfi no dia 22/11 pede a manutenção dos serviços prestados à população da região do Butantã, “considerando se possível a ampliação do acordo com o SUS naqueles serviços em que o HU ainda tenha capacidade ociosa”; exige a revogação da portaria GR-3189; e propõe a formação do Conselho Gestor do HU e a constituição de uma comissão para elaborar uma minuta de um regimento para o conselho.

Segundo o documento, o Conselho Gestor “atenderá ao princípio constitucional de participação e controle popular do SUS”, e “a Comissão Supervisora do Sisusp não cumpre o papel de um Conselho Gestor”, por não contar “com a participação do maior segmento dos usuários do HU, a Comunidade Butantã” e porque “a comunidade interna da USP

Baile da Adusp fechou o ano com descontração e alegria

Foi um sucesso total a segunda edição do Baile de Confraternização da Adusp, realizado no dia 10 de dezembro: participaram cerca de 150 docentes, que lotaram a sede do Clube dos Professores e dançaram para valer ao som de duas bandas, Peppermint e Fonógrafo Brasil, que bancaram a animação até as duas horas da manhã, com apresentações alternadas.

Compareceram muitos docentes da Escola de Enfermagem e do Instituto de Matemática e Estatística. Os primeiros, para

prestigar a vocalista do Peppermint, Suzy, docente da EE, e os segundos para conferir o ótimo acordeom do Reinaldo, colega aposentado do IME e figura central do Fonógrafo Brasil.

A Peppermint atacou de repertório pop-rock. Já o Fonógrafo Brasil veio de música popular brasileira, a velha e boa MPB.

O arrasta-pé foi precedido de comes e bebes, com direito a entrada, jantar com pratos quentes, vinhos e sobremesa. Quem não foi, perdeu!